

## A POESIA PARNASIANO-SIMBOLISTA NA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA

Fernando Cerisara Gil, Paulo Cezar Maia, Maria Cristina Périgo e Greicy Pinto Bellin\*

Este artigo tem a proposta de estudar o modo como a historiografia literária brasileira mais recente *situa* a poesia parnasiano-simbolista. Como historiografia literária mais recente, entendemos aquela elaborada no século XX e que, ainda hoje, define a nossa visão sobre o período em questão. Para isso, selecionamos quatro histórias da literatura brasileira que ainda possuem impacto determinante para o seu estudo: *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos* (1938), de Nelson Werneck Sodré; *A literatura no Brasil* (1955), organizada por Afrânio Coutinho ; *História concisa da literatura brasileira* (1970), de Alfredo Bosi (1970), e *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira* (1977), de José Guilherme Merquior.

A hipótese que o trabalho sugere é a de que a discussão da moderna historiografia se baseia em maior ou menor grau na *noção do nacional* como forma de definir e ao mesmo tempo de valorar a natureza literária, estabelecendo-se, no caso que abordamos, como modo de compreensão de nossa poesia finissecular. A noção de nacional pode se revestir de perspectivas teóricas, literárias e políticas as mais diversas e conflitantes muitas vezes entre as obras mencionadas, mas será ela que explícita ou implicitamente norteará a abordagem de boa parte dos autores e encaminhará, num certo sentido, o *lugar* da poesia parnasiano-simbolista em nosso contexto literário.

A nossa exposição se desdobrará em dois momentos: num primeiro, faremos uma apresentação do ponto de vista das obras com relação à poesia parnasiano-simbolista e, num segundo, discutiremos as implicações contidas nessas abordagens e como podem constituir um limite para uma crítica mais produtiva da poesia finissecular brasileira.

Nelson Werneck Sodré, em *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, concebe a sua história da literatura obedecendo a um *critério histórico*, ao argumentar que o desenvolvimento da nossa literatura obedeceu às contingências econômicas, políticas e sociais. A partir desse *critério histórico* o desenvolvimento da literatura brasileira teria se processado em três níveis: “Um período colonial, na vigência da subordinação à metrópole, um período de elaboração nacional, na vigência da estrutura levantada na fase de subordinação, e um período, ainda recente,

caracterizado como nacional, quando o Brasil adquire os traços que definem a nação” (Sodré, p. 25).

O critério histórico que baliza a nossa evolução literária funda-se, portanto, na noção do *nacional*. Por nacional o autor compreende uma “literatura peculiar, original e brasileira” que assim o é por se aproximar da vida, isto é, daquilo que rodeia os escritores, “da terra, da gente, dos dramas e dos problemas próprios do nosso meio e do nosso tempo” (Sodré, p. 25). Entretanto, a elaboração de uma literatura nacional somente é possível se configurar quando a estrutura colonial é destruída e a sociedade apresenta fisionomia nova, o que significa a “formação de uma estrutura nacional de produção”, com a conseqüente redefinição de classes e o papel que elas representam (Sodré, p. 19). Evolução das condições econômicas do ponto de vista nacional e literatura nacional caminham *pari passu* para Sodré.

Assim, para o autor, a literatura parnasiano-simbolista se situaria no segundo momento de desenvolvimento literário, em que predominava ainda o fenômeno que denomina de transplantação, que se trata, segundo o autor, de simples imitação formal de processos e escolas estrangeiras, não permitindo existir, nesse contexto, originalidade nem autonomia.

O autor destaca que, na poesia parnasiana e simbolista, a linguagem se caracterizaria pelo trabalho artesanal cuja perfeição e o virtuosismo tendem à transitoriedade e ao isolamento. Relaciona este traço artesanal que estará presente na poesia finissecular a certas condições sociológicas e históricas do país. Ele argumenta que na medida em que a divisão de classes é profunda, definida sobretudo pela diferença entre senhores e escravos, não há necessidade de se afirmar a sua condição, já que “ela transparece ao primeiro olhar” (Sodré, p. 451). Entretanto, no momento em que os traços exteriores se generalizam, estendendo-se a outros grupos sociais – ao homem livre pobre, por exemplo – há que se “transferir os traços de distinção a outros planos” (Sodré, p. 451). A ostentação do saber, do conhecimento e, por extensão, da literatura torna-se repertório dessas diferenças que começa a ser utilizado pela classe dominante. A partir daí “a distinção pela capacidade artística começa a ter um papel e surge a idéia conseqüente de que o apreço que aquela capacidade merece deve provir apenas de uns poucos, dos iniciados, dos que têm condições de atingir o requinte. E o artesanato é um requinte” (Sodré, p. 452).

Dando ênfase a sua perspectiva de classe, Nelson Werneck Sodré acrescenta que, no surto de industrialização e urbanização que ocorre, surge uma classe média mais

forte, mas que “imita ainda os padrões da classe dominante”, sem possibilidade de formular suas próprias características em termos artísticos. Nessa imitação, o autor destaca um traço: o desejo de distinguir-se pela atividade intelectual, que “continua a ser um terreno peculiar aos que não exercem esforço físico” (Sodré, p. 452-453).

Nesse contexto, o Parnasianismo e o Simbolismo se caracterizam como uma especialização da arte capaz de depurá-la da participação dos ignaros. “De tudo isso não poderia resultar outra coisa senão o distanciamento entre o escritor e o público” (Sodré, p. 453). Ambos estilos se apegam ao cuidado formal e “esquecem os motivos da vida, para um distanciamento pronunciado, um ato de vontade”. O afastamento da realidade é característica da literatura da época, mas as duas escolas “forneceram caminho para a realização daquilo que a fase vigente impunha”. Os parnasianos se afastavam mais da realidade pela forma; os simbolistas, pelo conteúdo. Mas os dois períodos ficaram “como coisa estranha, produtos exóticos, em uma literatura que dava os primeiros passos no rumo de aproximar-se da realidade nacional”. Os adeptos destas escolas encontraram uma saída para a solução de uma desigualdade que era peculiar ao Brasil (Sodré, p. 455).

No livro *A Literatura no Brasil*, Afrânio Coutinho escreve a introdução geral e as introduções específicas de todos os capítulos, sendo cada um correspondente a um período diferente da literatura brasileira. Neste caso, os estudos no interior dos capítulos são divididos em pequenos textos atribuídos a diferentes autores, que, porém, seguem uma única orientação organizadora, definida na introdução geral: uma abordagem cronologicamente descritiva do desenvolvimento evolutivo da literatura brasileira.

Coutinho argumenta na introdução geral que o problema da historiografia literária brasileira está no modo periodológico inconstante como ela tem se orientado, ora privilegiando aspectos sócio-históricos, ora estilísticos, e sempre sem muita clareza nas perspectivas de abordagem. Outro problema é o que chama de “sentimento nacional” na historiografia literária, a intenção de ver na literatura o reflexo da evolução econômica, política e social do país que, segundo diz, orientou esse tipo de análise literária por muito tempo. Para ele, isso impossibilitou o aparecimento de uma interpretação que encarasse a nossa literatura como um acontecimento autônomo, para além da sua identificação como documento. E argumenta que a solução para tais problemas pode estar numa abordagem que vislumbre a descrição dos processos evolutivos dos estilos literários em nosso país.

De acordo com Coutinho, a literatura no Brasil sempre se caracterizou pelo esforço em criar uma tradição local. O que sempre se definiu pela luta entre a tradição européia, pautada pela auto-afirmação no novo mundo, e a tradição em formação, pautada pela conquista de identidade. Este livro é apresentado, assim, como interessado no estudo da autonomia das formas estéticas e da evolução dessas formas na história literária brasileira em função de uma possível autonomia literária. “Cultural e literariamente somos uma nação em curso. A longa marcha no sentido desse autodomínio teve dois pontos altos: a fase romântico-realista do século XIX e o período modernista contemporâneo” (Coutinho, p. 36). Mas, para Coutinho, nossa literatura é ainda pobre e sem personalidade, “certamente, porque ainda não logramos construir completamente ou consolidar a formação do país, sem o que torna impossível, em plenitude, uma literatura vigorosa e original” (Coutinho, p. 53).

De acordo com o organizador de *A Literatura no Brasil*, este livro se pauta por uma análise intrínseca, primando pela compreensão da evolução das formas e gêneros literários. Sua orientação é “fundamentada nas noções de estilo individual e estilo de época, constrói sua periodização segundo um esquema estilístico, descrevendo os períodos como ascensão e a decadência de um sistema de normas ou convenções, procurando identificar o ponto de exaustão dos artifícios e o do início da aspiração por novos” (Coutinho, p. 67). Assim cada um de seus capítulos é dividido em: introdução e abordagem do período em questão na sua experiência européia e, em seguida, na tradição local em formação. E a experiência local é apresentada pelo que pôde oferecer de novidade à tradição em marcha de formação, por isso há nos capítulos estudados um descritivismo panorâmico que agrega o maior número possível de poetas, de preferência, de diferentes lugares da geografia nacional.

No capítulo que trata do Parnasianismo, Coutinho sugere que este período teria surgido como oposição abstenseísta e evasiva à poesia social da década de 1870, uma poesia inspirada pelo último romantismo e empenhada nas reivindicações por justiça social e progresso. Assim, o objetivismo estético da teoria da “arte pela arte” e a busca de temas exóticos de saída clássica servem ao Parnasianismo como uma possibilidade de reação, uma fuga àquela relação entre poesia e desígnios político-sociais característica da chamada “poesia nova” ou “social”. Na seqüência do estudo, Péricles Eugênio da Silva Ramos oferece uma recolha pouco seletiva de poetas, poéticas e obras de vários lugares do Brasil, sugerindo como justificativa uma investigação de originalidades de estilo. E conclui seu estudo, dizendo que o Parnasianismo se

estabeleceu como uma experiência formalizante forte em nossa literatura, tanto que sobreviveu à Semana de 22 e se constituiu como uma subescola de poesia – “uma disciplina estilística de grupo, de feição clássica, e com leis precisas” (Coutinho, p. 129) – generalizada nas províncias.

No capítulo que trata do Simbolismo, Afrânio Coutinho diz que o estilo se apresentaria, por volta de 1890, como uma potencialização do individualismo romântico, apesar de contrária ao sentimentalismo: uma religião isolacionista oposta a qualquer filosofia de ordem política ou estético-normativa, uma atitude anti-racional e antimaterialista expressa em uma poesia ornada de artifícios musicais e plásticos e inspirada pelo desejo histórico de liberdade. Na sequência, o panorama do Simbolismo fica a cargo de Andrade Muricy, que inicia seu estudo com uma análise da poética de Cruz e Sousa para, em seguida, afirmar que o Simbolismo se ramificou a partir do Poeta do Desterro, para Muricy, o “fulcro dinamogênico” do estilo. A descrição dessa ramificação sugere um mapeamento da manifestação do estilo no país, uma espécie de análise histórico-extensiva.

Após esse mapeamento de Muricy, Rodrigo Otávio faz uma análise onde sugere ter sido o Simbolismo uma espécie de primeira tentativa de Modernismo. Segundo diz, os parnasianos não tinham maturidade nem estética nem crítica para assumir tal papel, o que não se pode dizer dos simbolistas. No entanto, diante de um público limitado, formado pelo gosto parnasianista, a tendência filosófica e metafísica do Simbolismo não pôde ser compreendida e se transformou em perda da consciência histórica. Essa inconsciência possibilitou o surgimento do Penumbrismo, que, caracterizado pela vaga tematização do cotidiano vazado em um olhar melancólico, oferecerá as primeiras tentativas modernistas, porém expressas em linguagem simbolista.

Alfredo Bosi, em *História Concisa da Literatura Brasileira*, se preocupa em traçar a dinâmica de nossa história literária desde o período conhecido por Literatura de Informação até as Tendências Contemporâneas de nossa literatura. No primeiro capítulo de seu livro, Bosi diz que a problemática da literatura brasileira desenvolveu-se sobre o que ele chama de “complexo colonial”. Para ele, a colônia “é, de início, o objeto de uma cultura, o outro em relação à metrópole (...) e só deixa de o ser quando passa a sujeito de sua história” (Bosi, p. 13). Desta forma, nossa literatura teria um caráter híbrido, constituído por “códigos literários europeus *mais* mensagens ou conteúdos já coloniais” (Bosi, p. 14).

Esta perspectiva de análise é empregada no exame do Parnasianismo e do Simbolismo, uma vez que Bosi, em sua abordagem historiográfica, vê a poesia finissecular brasileira como uma espécie de tentativa fracassada de superação do “complexo colonial”, o que é devido, em grande parte, à omissão, nessa poesia, das contradições históricas e sociais daquele tempo. O autor considera principalmente o Simbolismo como um projeto mal-sucedido, que via na transcendência a saída para o que ele chama de “mal-estar na civilização industrial”, e que foi, justamente devido a esta postura de evasão, desacreditado frente à tradição literária da época, representada pelo Realismo e pela mentalidade positivista e pragmática da burguesia.

Em sua análise, Bosi considera a tendência estetizante como a principal preocupação da poesia parnasiano-simbolista. Para ele, a poética do Parnasianismo se situa na “convergência de ideais anti-românticos, como a objetividade no trato dos temas e o culto da forma” (Bosi, p. 246). Ao comentar sobre o movimento parnasiano, o autor ressalta a extrema preocupação formal dos poetas deste estilo, tais como o gosto pela descrição, o tradicionalismo em relação ao metro, ritmo e rima, e a impessoalidade. O crítico-historiador também destaca o ideal da “arte pela arte”, que teria nascido com a poesia parnasiana e se concentraria apenas no fazer poético, se desdobrando na “arte sobre a arte”, ou seja, na descrição de objetos decorativos como vasos, espelhos e estátuas gregas.

A análise de Alfredo Bosi sobre a poética simbolista se orienta pela já mencionada idéia de “malogro” na auto-superação de nosso colonialismo cultural. O autor dedica extenso capítulo ao exame do Simbolismo, visto como um estilo que procurou resgatar valores românticos que haviam se perdido com o surgimento do Realismo na literatura, enquanto que o estudo sobre o Parnasianismo é justamente uma parte do capítulo destinado ao Realismo. Ao analisar o Simbolismo brasileiro, Bosi questiona suas origens em nosso país, chegando à conclusão de que o movimento simbolista foi, no Brasil, um “produto de importação”, uma vez que “não apresenta homologias com a vida social da época”, sendo, nesse ponto, diferente da estética parnasiana, que contava com um grande público leitor e acompanhava a ideologia corrente em fins do século XIX. (Bosi, p. 298) Segundo o autor, “o irracionalismo literário não é capaz de substituir em força e universalidade as crenças tradicionais; nem o seu alheamento da ciência e da técnica vai ao encontro das necessidades das massas que ocuparam o cenário da História deste século e têm clamado por uma cultura que promova e interprete os bens advindos do progresso” (Bosi, p. 297). Esta é uma das razões pelas qual Bosi considera o Simbolismo brasileiro uma tentativa malograda de superação do “complexo colonial” existente em nossa literatura, uma vez que o

movimento não conseguiu romper a “crosta oficial” da literatura realista, opondo-se às concepções mecanicistas da burguesia da época. A superação do mencionado “complexo colonial” se daria apenas em 1922, com o advento do movimento modernista, que representa, para o autor, um *turning point* na literatura brasileira na medida em que “há um estilo de pensar e de escrever anterior e outro posterior a Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira” (Bosi, 431).

*De Anchieta a Euclides: uma breve história da literatura brasileira*, de José Guilherme Merquior, abrange a literatura brasileira do período que vai da “literatura da era Barroca no Brasil” até a “antevéspera do modernismo”. Já no prefácio do livro, o autor anuncia que visa uma perspectiva unificada do “processo evolutivo das letras brasileiras” e que o livro tem o cuidado de caracterizar as obras e seus respectivos conjuntos “a partir de suas peculiaridades de escrita e estilo (...), ponto de partida da análise literária” (Merquior, p. 8).

Como afirma no prefácio, o autor compreende as letras brasileiras como sendo “região da literatura ocidental”; por isso, antes de analisar os traços específicos adquiridos pelos estilos Parnasianismo e Simbolismo no espaço da cultura brasileira, Merquior individualiza-os ao “nível da sua acepção genérica, transnacional” (Merquior, p. 9), discorrendo sobre os princípios culturais e ideológicos que conduziram as poéticas da virada do século XIX, sem que isso resulte em simples orientação cronológica.

Nesse momento, o autor destaca que os estilos “pós-românticos de antes do modernismo” foram muito mais concomitantes do que sucessivos e que “nenhum deles se afirmou, como havia acontecido com o Romantismo, no conjunto dos grandes gêneros literários” (Merquior, p. 141). Destaca ainda que uma particularidade aproxima o Romantismo, o oitocentos pós-romântico e a literatura moderna: os três foram estilos de oposição cultural – “luta sistemática da arte contra as tendências dominantes da civilização ocidental” (Merquior, p. 142). A divergência entre o Romantismo e o Segundo Oitocentismo, contudo, está na modulação da oposição no que se refere à visão de mundo e à imaginação poética.

A visão de mundo do Romantismo vinculava-se a idealismos, cuja expressão não estava isenta de aderências subjetivas – “mística do eu e da totalidade”. O idealismo hegeliano, que deu a tônica do modo de a literatura ver o mundo até 1848, fez com que a imagem poética romântica se apresentasse como uma expressão da alma e a literatura como reflexo da raça, do meio e do momento. Contudo, após esse período, a visão de mundo hegeliana dá lugar ao pessimismo que vai de Schopenhauer a Nietzsche. Assim,

a imagem poética pós-romântica também se transforma: “a criação literária passa a aspirar à *impessoalidade* (...), a lírica parnasiana ou simbolista se querem objetivas; não pretendem ser ‘confissões’ do eu” (Merquior, p. 146), são antes guiadas pelo vazio do ideal.

Na seção intitulada “Literatura e civilização no Brasil do fim do Império e no início da República Velha”, Merquior “evoca o fundo sociológico” do período em questão da nossa literatura. Nessa parte do texto, o autor discute a condição do escritor brasileiro, a valorização da inteligência, destacando que a estética pós-romântica “exercia uma função heráldica, hierarquizante, conferindo *status* aos talentos de estirpe média e pequeno-burguesa” através da “sofisticação da linguagem” ou pela “intelectualização do conteúdo” (Merquior, p. 149). O autor destaca que se há algum defeito para apontar “no conjunto da era pós-romântica” este defeito é a “tendência a comprometer a vitalidade do estilo por meio de um emprego ornamental, mais do que analítico, dos motivos formais e ideológicos da época”. Sentenciando por fim: “Literatura parnasiana (e nesse sentido, a etiqueta vale para todo o período) é isso: jogo de estilo que se afasta da busca incessante, pela linguagem poética, de uma interpretação da experiência humana. O nosso romantismo pecara às vezes por excesso de consciência ingênua; o nosso pós-romantismo, por formalismo. Foi contra este que a revolução modernista reagiu vitoriosamente” (Merquior, p. 150).

Na análise do Parnasianismo, José Guilherme Merquior discorre antes sobre sua manifestação na Europa e depois situa a sua presença no Brasil, destacando que “os nossos parnasianos cuidaram menos de atingir a ‘impassibilidade’ recomendada por Paris do que assegurar livre curso à tendência, bem ibérica para o exibicionismo verbal” (Merquior, p. 166-167). Nesse momento da discussão, diferente da análise longa do Parnasianismo europeu, o autor vai direto para a exemplificação dos poetas brasileiros.

Em seguida, ao abordar o Simbolismo, aponta que este compartilhou com a poesia parnasiana “o anti-sentimentalismo, a repulsa à egolatria romântica, o gosto pela palavra rara (...) e o culto da forma”. Contudo, para o autor, os simbolistas, “insurgindo-se contra o império do imediato e positivo em arte, exaltaram o poder de *vidência* da poesia – embora nem sempre (...) em termos espiritualistas” e “opuseram à estética *plástica* do Parnaso um constante anelo de musicalidade” (Merquior, p. 180).

O autor assinala, nesse momento ainda do seu texto, que há uma diferença importante entre a literatura de vanguarda do século XX e a poesia simbolista, uma diferença que, segundo ele, “anula a impressão de continuidade (...) entre o simbolismo

e modernismo”: é que o simbolismo “se inspirava numa concepção mágico-soteriológica, isto é, salvacionista, regeneradora e redentora, da criação artística. (...). Os modernos, porém, entendem a arte como *jogo*, muito mais do que como talismã salvador. Sua estética é, medularmente, crítico-lúdica, e não gnóstico-soteriológica (...). A compenetração espiritual dos simbolistas: eis aí o que os separa do coração da modernidade.” (Merquior, p. 184)

Na discussão ainda sobre o simbolismo no Brasil, ele chama a atenção para a cegueira da crítica brasileira, destacando que “a inferioridade, não da poesia, mas da presença literária do Simbolismo nos anos 90 explica em parte, embora não justifique, a cegueira condenatória da crítica ‘oficial’ do tempo”. Seria preciso esperar pelo “espiritualismo moderno” para que com Andrade Murici o período “recebesse definitiva consagração crítica” (Merquior, p. 185).

Por fim, antes analisar os poetas simbolistas brasileiros – na verdade, extensa análise de Cruz e Sousa, – Merquior afirma que nem na obra madura do Poeta do Desterro o Simbolismo brasileiro utilizará o “extremismo lingüístico, a radicalidade da construção do espaço poético de Mallarmé”, sentenciando que os nossos maiores simbolistas “*foram antes neo-românticos*, sem que, no entanto, deixassem por isso de enriquecer notavelmente o acervo lírico da língua” (Merquior, p. 191).

As quatro abordagens historiográficas dos períodos em questão são balizadas por uma única perspectiva, apesar de orientada por aspectos diferentes e formulada em função de variantes também diversas em cada historiador: a busca de interpretação do Parnasianismo e do Simbolismo pela chave explicativa do processo de elaboração de uma tradição literária local ou do que pode se chamar de literatura nacional.

Para uma síntese das preocupações dessas historiografias em função de tal perspectiva, podemos dizer que Wernek Sodré se preocupa com a dinâmica do processo sócio-cultural da virada do século XIX, buscando na interpretação da literatura brasileira um meio de interpretar o Brasil, tendo em vista sempre a paridade entre formação histórica, social, econômica, política, de um lado, e, do outro, a formação literária nacional. Ele vê Parnasianismo e Simbolismo como integrantes do mesmo processo no contexto de formação nacional e literária. Já Afrânio Coutinho nega essa paridade entre acontecimentos histórico-econômicos e político-sociais na historiografia literária e diz se preocupar com a descrição, pela historiografia, da evolução da linguagem e das formas literárias nacionais. De acordo com a concepção deste último, Parnasianismo evolui esteticamente a Simbolismo, mas o resultado fracassa enquanto tentativa evolutiva para uma expressão que se possa chamar de *autenticamente brasileira*. Alfredo Bosi apresenta a dialética do colonialismo cultural como explicação para a evolução literária brasileira. E ele concebe o Parnasianismo como importação estética e reflexo do Realismo, e o Simbolismo como modernização fracassada. Por fim,

José Guilherme Merquior busca definir a dinâmica do estágio da literatura ocidental, onde insere o caso brasileiro, como uma experiência regional em relação a uma literatura transnacional.<sup>[1]</sup> Segundo Merquior, Parnasianismo e Simbolismo são integrantes do mesmo estágio no processo histórico do acontecimento literário ocidental e o caso brasileiro é uma experiência regional constitutiva e acumulativa em relação à tradição literária transnacional.

Parece haver duas questões implicadas na noção de nacional nessas histórias literárias: a primeira questão diz respeito a uma graduação, maior ou menor, da presença explícita desta noção e, por conseqüência, de sua capacidade, também maior ou menor, de orientar o ponto de vista historiográfico. Essa graduação pode ser apresentada na seqüência cronológica de publicação dos estudos em questão e entendida pela formulação de cada um destes estudos: em Sodré o conceito “nacional” é enunciado para explicar a formação da nação e da literatura num só processo; em Coutinho o “nacional” é projetado no termo “literatura autônoma” que se processa pela evolução da linguagem, das formas e dos temas literários no Brasil em função de uma tradição em formação, a tradição local; em Bosi o “nacional” não é enunciado, mas caracteriza a síntese esperada de um estudo orientado pela dialética do desenvolvimento de uma literatura singular nas formas e temas que acompanha o desenvolvimento da nação; e em Merquior o “nacional” também não é enunciado, mas está implicado na perspectiva historiográfica que tem em vista uma grande literatura (ocidental) constituída de literaturas regionais. É verdade que, neste último, tal implicação se deve mais a uma preocupação acessória do que essencial, ou seja, a questão de autonomia nacional para Merquior não se trata de buscar o que a nossa literatura possa ter de singular, portanto, afastada da literatura européia, mas se trata de encontrar os elementos com os quais ela possa contribuir como experiência constitutiva a um terreno literário mais amplo, que o autor chama de transnacional, embora a Europa seja sugerida como centro. Assim, Merquior vê na experiência regional singular (a literatura brasileira) uma parte componente de uma tradição literária mais ampla.

A segunda questão refere-se à natureza do conceito de “nacional” envolvida nos textos discutidos. Em todos os historiadores abordados, tal conceito está relacionado a um processo modernizador a que a história de nossa literatura estaria submetida. Nesse caso, não é curioso que essa noção sinta-se animada quando da sua aproximação com o Modernismo. Todos os quatro historiadores formulam seu ponto de vista tendo em mira, de alguma maneira, a importância que o Modernismo teve em nosso processo histórico-literário. Mas nem todos identificam explicitamente o “nacional” com o Modernismo de 22, apesar de verem nele um passo importante e um limite no conflito modernizador pelo que este período pode ser caracterizado como *a nossa literatura*.

Nesse sentido, podemos formular a relação nacional/processo modernizador/Modernismo em Sodré pensando que, na sua perspectiva, só é possível uma literatura nacional na medida em que isso esteja relacionado a outros aspectos da organização social no Brasil. Isto é, só é possível uma literatura nacional, quando tivermos uma economia nacional, uma política nacional e uma sociedade nacional,

complexa, com seus problemas particularizados refletindo sobre todas as outras esferas da vida no país.

Em Coutinho, a questão da formação não consolidada do país volta ao centro da discussão. Porém, para ele, o nacional, a modernização e o Modernismo convergem, não para a necessidade de que uma literatura autônoma represente o país na sua singularidade, mas para o que ele chama de autonomia da linguagem e das formas literárias como garantia de independência estética. Sem definir muito claramente o que isso venha a ser, ele acredita terem sido o Romantismo e o Modernismo dois momentos fortes no caminho desse autodomínio na literatura brasileira. E, neste caso, *A literatura no Brasil* sugere ter sido o Simbolismo uma espécie de primeira tentativa de Modernismo, mas uma tentativa fracassada pela impossibilidade de desenvolvimento literário modernizador em razão de uma estética com travos metafísicos e filosóficos mediante uma tradição literária marcada pelo oficialismo parnasiano.

Para Bosi, a superação de um “complexo colonial” e a representação das contradições da formação do país é o que possibilitaria a modernização ou a nossa literatura nacional. Nesse sentido, ele vê a poesia finissecular brasileira como uma espécie de tentativa fracassada de modernização devido ao limite estetizante do Parnasianismo e ao limite metafísico e pretensamente filosófico do Simbolismo brasileiro. Aspectos que só teriam sido superados em 1922, com o advento do movimento modernista.

A noção de nacional está em segundo plano na perspectiva de Merquior, embora não de todo abandonada no que ela carrega de paridade com a idéia de processo modernizador. E é justamente a aproximação dessa noção com a experiência modernista que marca a visão que Merquior tem da poesia que ele define como Segundo Oitocentista ou Pós-romântica. Para ele trata-se de uma poesia que não contribui para a modernização literária do Brasil como fizera o Romantismo e como viria a fazer o Modernismo.

Assim, a presença do “nacional”, maior ou menor, explícita ou não, se converte, em nossa historiografia mais recente, ainda em critério dominante para a análise do período. Pois na medida em que esse elemento de interpretação se projeta como uma forma de compreensão da literatura brasileira, e na medida em que o caráter nacional traduz-se como modernização, Parnasianismo e Simbolismo soam como duas estéticas pouco preocupadas com o processo modernizadora no plano das representações estéticas. Por princípios próprios, os dois períodos se distanciam de um projeto de formação nacional e literária, de que Romantismo e Modernismo constituiriam a espinha dorsal. Em face desse projeto nacional histórico e literário, propostas poéticas estetizantes e alheias a concepções literárias que não problematizem o país em algum

nível acabam por se tornar instantes literários “exóticos” ou “de importação” no interior de nossa evolução literária.

Sodré vê a questão como o resultado de uma transplantação da estética estrangeira que os poetas dos períodos estudados teriam feito com o desejo de distinguir-se pela atividade intelectual como classe dirigente. Já para a perspectiva de *A literatura no Brasil*, o Parnasianismo se realizou no Brasil mais pelo culto à técnica formal já constituído do que pela sua força “essencial” em função de uma linguagem nova, autônoma. Enquanto o Simbolismo teria se apresentado como a primeira possibilidade forte de modernização literária aos moldes do Modernismo, mas fracassou pelo contraste entre a sua estética metafísica e um contexto cultural ainda muito provinciano. Sendo assim, o Modernismo é visto como um grande momento na virada da nossa literatura em função de sua autonomia, embora não tenha sido suficiente para essa realização. Em Bosi, a perspectiva é a mesma da de Coutinho, com a diferença de que os períodos finisseculares são vistos como experiência equivocada que, quando superadas pelo Modernismo, possibilitará a abertura de caminho que ele sugere como nacional. E, finalmente, para Merquior a questão não se coloca, pois é justamente o contrário que importa: o nacional é só uma acumulação ao transnacional. No entanto, é interessante sublinhar que, mesmo assim, o autor encara o Romantismo e o Modernismo brasileiros como estéticas que posicionam o Brasil no centro da perspectiva transnacional.

Não parece um exagero dizer-se, então, que o horizonte de preocupação literário de nossa historiografia pouco mudou desde o romantismo, momento inaugural da união da identidade do país à expressão literária, união esta que se configura como pedra de toque para compreender e avaliar a literatura brasileira. De outra parte, e para finalizar, talvez se possa dizer que para uma avaliação crítica mais produtiva sobre a especificidade da poesia parnasiano-simbolista em nosso sistema literário seria preciso revê-la a partir de outra perspectiva como, por exemplo e sobretudo, a sugerida por Antonio Candido em sua dialética do localismo e do cosmopolitismo, no qual o nacional não define o problema *a priori*, mas constitui parcela do mesmo. Nessa chave de leitura de alternâncias de movimentos entre universalismo e individualização, como constitutivo de nosso processo formativo literário, percebido por Antonio Candido, talvez seja a melhor posição contemporânea para se começar a deslindar as contradições de um período como esse.

**Resumo:** O ensaio discute como a história literária do século XX situa a poesia parnasiana e simbolista brasileira. A hipótese é de que a noção de nacional ainda predomina na abordagem historiográfica recente. Por consequência, este ponto de vista determina o modo de compreender essa poesia, ainda hoje, como algo “exótico”, “importado” ao nosso sistema literário.

**Palavras-chave:** Poesia e história literária; poesia parnasiana e simbolista; poesia brasileira.

**Abstract:** This essay aims discuss how literary history of XX century treats Brazilian Parnassian and Symbolist poetry. The hypothesis is that the concept of national is predominant in recent hystoriographic approaches. Consequently, this point of view conceives this poetry as something “exotic” and “imported” within the Brazilian literary system.

**Keywords:** poetry and literary history; Parnassian and Symbolist poetry; Brazilian poetry

## BIBLIOGRAFIA

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 5 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

COUTINHO, Afrânio. (Org.) *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S. A., 1968. (v. I, IV e V)

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

---

\* Fernando Cerisara Gil, professor de Literatura Brasileira da UFPR; Paulo Cezar Maia, mestrando em Estudos Literários da UFPR; Maria Cristina Périgo e Greicy Pinto Bellin, bolsistas do PIBIC da UFPR.

<sup>[1]</sup> Para Merquior a noção de literatura região ou regional está relacionada à idéia de que há uma tradição literária ocidental mais ampla, chamada de transnacional, à qual a literatura de cada país estaria associada como parte integrante.

*anterior*

**SUMÁRIO**

*próxima*